



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3224

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 08/10/1991

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 85/1991. Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de terreno à Igreja Batista Renovada Ebenézer, localizado no bairro Alcides Rabelo, com área de 600,00 m², para a construção de um templo. (Referente à Lei nº 1.981, de 22/10/1991).

Controle Interno – Caixa: 12.1 **Posição:** 35 **Número de folhas:** 10

Espécie: P
Categoria: Imóveis
Cx: 12-1
Ordem: 35
nº fls: 07



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

85/91

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autoriza o Executivo a fazer doação de terreno
à Igreja Batista Renovada Ebenézer, para a
construção de um templo.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 08.10.91
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 08.10.91
- 3 *Apresentado em reunião de*
- 4 *trabalho - 10.10.91.*
- 5 *Al. sanção - 10.10.91.*
- 6 *Arquivado -*
- 7
- 8
- 9
- 10



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 24 de setembro

de 19 91

Of. Nº : CJ/ 130/91

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica

Serviço :

Senhor Presidente ,

A Igreja Batista Renovada Ebenêzer é uma entidade religiosa , cuja finalidade é a divulgação do Evangelho de Jesus Cristo e a interpretação da Bíblia .

Em nossa administração , temos remetido a essa Egrêgia Câmara Municipal , projetos de lei que nos autorizam a fazer doações de terrenos a outras entidades religiosas, para que elas possam se estabelecer em pontos determinados .

Não discriminamos , eis que todas as religiões ou crenças devem se expandir , livremente , sem quaisquer distinções , como lhes assegura a Constituição da República do Brasil .

Desta feita , propomos fazer doação de uma área de terreno medindo 600,00m² , situada no Bairro " Alcides Rabelo " , pertencente ao município , à referida Igreja Batista Renovada Ebenêzer , para que ela possa se estabelecer em local certo e em sua sede própria , o que lhe propiciará tranquilidade .

Certos de que essa Casa Legislativa acatará esta proposição de lei , agradecemos, manifestando a V.Exa. e aos Senhores Vereadores os protestos de elevado respeito .

Cordialmente ,

Mário Rôbeiro da Silveira
Prefeito Municipal



Exmo. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

DD. Presidente da Câmara

Municipal

N E S T A

Mod. PMMC - 17



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - MG.



PROJETO DE LEI Nº ,..... , DE 24 DE SETEMBRO DE 1.991.

Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de área de terreno à Igreja Batista Renovada Ebenêzer .

A Câmara Municipal de Montes Claros aprovou e eu sancion a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à IGREJA BATISTA RENVADA EBENÊZER , a área de terreno medindo ' 600,00m² , situada no Bairro "Alcides Rabelo" , nesta cidade , pertencente ao município , com a seguinte descrição: " Partindo da intercessão dos alinhamentos da Rua Joaquim Rabelo e Av. Josefina Rabelo , segue por este , numa distância de 20,00m ; daí deflete à direita segue numa distância de 30,00m ; daí deflete à direita , numa distância de 20,00m , daí deflete à direita , segue pelo alinhamento da Rua Joaquim Rabelo , numa distância de 30,00m ; culminando no ponto que originou esta descrição."

Art. 2º - A área de terreno da presente doação se destina à construção do templo da IGREJA BATISTA RENOVARDA EBENÊZER .

Parág. Único - Esta área de terreno , consta na planta do loteamento , como área de uso institucional e pelo artigo 31, da Lei nº 1.229 , de 27 de dezembro de 1.991, Lei de Uso e Ocupação do Solo , modificada pela Lei nº 1.954 , de 05 de agosto de 1.991, dentre outras finalidades , destina-se ao objetivo proposto por esta Lei .

Art. 3º - O prazo de reversão automática ao município , em caso do não cumprimento da finalidade mencionada no artigo 2º , desta Lei , é de 03 (três) anos , a contar a partir da lavratura da escritura pública de doação .

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário , esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação .

Prefeitura de Montes Claros , 24 de setembro de 1.991.

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE *Legislação*

EM *10* DE *outubro* DE 1991

Leal
PRESIDENTE

Cl. Legal, Constitucional
J. R.

Paulo

Guaranda Nelson

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM DISCUSSÃO POR

UNICA
EM *10* DE *outubro* DE 1991

Leal
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

À SANÇÃO

EM *10* DE *outubro* DE 1991

Leal
PRESIDENTE

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS

Artigo 1º - Com o nome de Igreja Batista Renovada Ebenézer e constituída, por tempo indeterminado, uma sociedade religiosa sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Montes Claros-MG, organizada no dia 28 de maio de 1988.

Artigo 2º - A Igreja Batista Renovada Ebenézer, doravante, nesse estatuto, designada Igreja, reconhece como seu único chefe a Jesus Cristo, o filho de Deus, Salvador e Senhor, e para seu governo e disciplina segue os ensinamentos da Bíblia Sagrada.

§ único - A Igreja adota como fiel interpretação da Bíblia a declaração de fé da Convenção Batista Nacional, à qual integra com as demais Igrejas Batistas Nacionais para fins de cooperação na divulgação do Evangelho de Cristo.

Artigo 3º - A Igreja tem por fim viver e anunciar o Evangelho de Cristo, podendo para isso organizar estabelecimentos sociais e educacionais necessários.

CAPÍTULO II - DOS MEMBROS DA IGREJA, SEUS DIREITOS E DEVERES.

Artigo 4º - A Igreja se compõe de pessoas que aceitam voluntariamente suas doutrinas e disciplinas, sem distinção de sexo, idade, cor ou nacionalidade, por ela recebidas em assembléia geral.

Artigo 5º - Serão aceitos como membros da Igreja:

- a) as pessoas batizadas por imersão, segundo o ensino da Bíblia;
- b) os crentes, membros de outras Igrejas, que desejarem unirem-se a ela, mediante carta de transferência;
- c) os crentes, que havendo sido excluídos desta ou de outra igreja, solicitarem sua reconciliação;
- d) os crentes, que por motivo de força maior, forem recebidos por aclamação em assembléia geral.

§ primeiro - Todos os membros da Igreja, sem distinção, terão igual direito a voto e a palavra nas assembléias, bem como a votarem e

serem votados para qualquer cargo.

§ segundo - Nenhum membro será recebido pela Igreja senão pelo voto unânime de todos os outros membros.

§ terceiro - Estão sujeitos a penas de admoestação ou exclusão do rol de membros da Igreja os que procederem contrariamente aos ensinamentos do Evangelho e aos princípios da moral Cristã, segundo o critério da igreja.

§ quarto - Os membros da Igreja não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais da mesma, nem a Igreja responde por qualquer obrigação contraída por um de seus membros.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL DELIBERATIVA .

Artigo 6º - Para tratar dos assuntos que interessam à sua vida e administração a Igreja se reunirá bimestralmente, em Assembléia Geral Deliberativa (AGD) e eventualmente, em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), quando a natureza dos assuntos a serem tratados o exigir sendo a assembléia geral o órgão máximo da igreja.

Artigo 7º - São atribuições da AGD:

- a) transigir, adquirir, vender, hipotecar e alugar imóveis;
- b) Aprovar o planejamento trimestral apresentado pelo COMPLEX;
- c) receber e desligar membros da Igreja conforme estabelece os artigos 4º e 5º;
- d) eleger e empossar todos os membros da diretoria, os pastores e diaconos.

§ primeiro - As assembléias só serão válidas se forem realizadas na sede da Igreja, salvo motivo de força maior. a critério da maioria absoluta dos membros.

§ segundo - As assembléias Gerais Extraordinárias (AGE) serão convocadas pelo presidente, com pelo menos oito dias de antecedência, constando da convocação (que deverá ser afixada em lugar visível) os assuntos a serem tratados, exceto, para aceitação de membro que poderão ser realizadas sem convocação prévia, ao quorum comum.

§ terceiro - O quorum para a AGE será de metade mais um dos membros da igreja em primeira convocação, ou um quarto dos membros da Igreja trinta minutos depois, sendo válidas as decisões tomadas por dois terços dos membros presentes.

§ quarto - a assembléia poderá decidir em assembléia geral realizar uma AGE, aprovando na ocasião a agenda dos assuntos a serem tratados.

Artigo, 8º - Os seguintes assuntos só poderão ser tratados em Assembléia Geral Extraordinária (AGE):

- a) eleição e demissão do pastor;
- b) Aquisição, oneração ou alienação de bens patrimoniais;

- c) reforma deste estatuto, aprovação ou reforma;
d) dissolução da entidade;
e) mudança da sede da Igreja, denominação ou nome.

Partida dos Registros
Título dos Documentos
Civil das P.
Ofici - J. de
M. de C. A. R. O. S.
M. de C. A. R. O. S.

§ único - A oneração do pastor só será efetuada por maioria absoluta de voto de todos os membros da Igreja e quando a Igreja for convocada para esse fim com antecedência mínima de trinta dias, por proposta aprovada numa assembléia geral.

CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA DA IGREJA

Artigo 9º - A administração da Igreja será exercida por um presidente, um vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros, que não serão remunerados no exercício dessas funções.

§ primeiro - o pastor titular será sempre o presidente da Igreja e terá mandato de tempo indeterminado, enquanto os demais membros da diretoria, terão mandato de um ano, podendo ser reeleitos.

§ segundo - São deveres e atribuições do presidente:

- assinar as atas da igreja depois de aprovada, juntamente com o secretário;
- representar a Igreja em juízo ou fora dela;
- ter o voto de minerva;
- convocar e presidir as assembléias e o COMPLEX;
- assinar com o tesoureiro e secretário todos os documentos de compra e venda, hipoteca, passar recibos, assinar contratos;
- participar plenamente das atividades da Convenção Batista do Estado de Minas Geras e Convenção Batista Nacional.

§ terceiro - compete ao vice-presidente substituir o presidente em seus impedimentos salvo exceção estabelecida no artigo 11º.

§ quarto - compete ao primeiro secretário:

- redigir, lavrar em livro próprio, apresentar e assinar as atas das assembléias da Igreja;
- receber e despachar a correspondência administrativa;
- manter em ordem a documentação administrativa, inclusive fichários, livros de atas, e livros de presença de membros nas assembléias;
- assinar com o presidente e o tesoureiro os documentos de que trata o artigo 9º parágrafo 2º.

§ quinto - compete ao segundo secretário substituir o primeiro em seus eventuais impedimentos.

§ sexto - compete ao primeiro tesoureiro:

- receber, guardar e contabilizar os valores da Igreja;
- efetuar os pagamentos conforme autorizado pela Igreja;
- apresentar balanços mensais ao COMPLEX e bimestrais a AGD;

d) abrir e movimentar conta bancária em nome da Igreja.

Artigo 10º - A orientação espiritual da Igreja, bem como a direção dos cultos e a superintendência de todos os seus negócios, caberão ao pastor titular, que pode receber remuneração pelo exercício desse ministério.

Artigo 11º.- Compete a diretoria cumprir e fazer cumprir este estatuto.

Artigo 12º - Ocorrendo a vacância pastoral, o vice-presidente convocará a assembléia geral extraordinariamente, num prazo máximo de trinta dias, convidando a secretaria executiva da Convenção Batista do Estado de Minas Gerais para dar assistências pastoral a Igreja até eleição do pastor que irá substituí-lo.

§ único - só poderá ser pastor titular da Igreja aquele que for membro da Ordem dos Pastores da Convenção Batista Nacional - seção regional de Minas Gerais.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO - COMPLEX.

Artigo 13º - O planejamento e a execução das atividades da Igreja será exercido por um conselho de Planejamento e Execução, composto da diretoria da Igreja, dos diáconos, dos pastores, dos diretores de departamentos e até cinco vogais eleitos pela AGD;

Artigo 14º - Compete ao Complex:

- a) elaborar e submeter a AGD o planejamento trimestral para as atividades da Igreja;
- b) por em execução o programa de atividades votado pela AGD;
- c) prestar contas a AGD de suas atividades;
- d) publicar no quadro de avisos da Igreja os relatórios mensais da tesouraria;
- e) resolver os casos omissos do artigo 22º.

§ único - o complex se reunirá regularmente, uma vez por mes e extraordinariamente, sempre que for necessário.

CAPÍTULO VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Artigo 15º - A receita da Igreja será constituída de contribuições e dízimos voluntários dos membros e ofertas voluntárias de quaisquer outras pessoas.

Artigo 16º - O patrimônio da Igreja será constituído de doações legados, bens móveis e imóveis, que serão registrados em nome da Igreja.

§ primeiro - A receita e o patrimônio da Igreja serão aplicados na consecução dos seus fins dentro do território nacional.

§ segundo - Em virtude dos objetivos da Igreja, os seus membros não participam do seu patrimônio.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 17º - Esta Igreja só promoverá a organização em Igreja a congregação sua que se comprometa a filiar-se a Convenção Batista do Estado de Minas Gerais - COBEMGE.

Artigo 18º - A AGD a cada ano elegerá uma comissão de exame de contas que terá por fim examinar a escrituração da tesouraria.

Artigo 19º - Em caso de divergência entre o pastor e a Igreja o presidente convocará uma AGE para deliberar sobre um convite à Ordem de Pastores da Convenção Batista Nacional para apreciar a questão ficando ambas as partes comprometidas a acatar o juízo da Ordem.

§ único - A apreciação da Ordem só será possível com o apoio de um terço dos membros da Igreja.

Artigo 20º - A dissolução da Igreja só se efetuará pelo voto unanime de seus membros, e no caso, seus bens serão entregues a COBEMGE.

Artigo 21º - No caso de cisão, o patrimônio da Igreja pertencerá ao grupo fiel à convenção Batista do Estado de Minas Gerais.

§ único - No caso dos grupos permanecerem fiéis à convenção Batista do Estado de Minas Gerais, o patrimônio ficará com o grupo maior.

Artigo 22º - A Igreja poderá ter regimento interno aprovado em AGE cujo teor não pode contrariar os termos desse estatuto.

Artigo 23º - O presente estatuto, uma vez registrado, entrará em vigor imediatamente e só poderá ser reformulado em assembleia geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim com pelo menos 15 dias de antecedência e por decisão favorável de dois terços de seus membros.

§ único - No caso de não se conseguir este quorum, será feita uma segunda convocação para oito dias depois, quando o estatuto será reformulado pelo voto favorável da maioria dos membros residentes na sede.

Artigo 24º - Os casos omissos serão resolvidos pelo complexo ad referendum da assembleia.

Este estatuto foi aprovado em assembleia geral realizada no dia 03 de outubro de 1988 e registrado no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca de Montes Claros.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS

REGISTRO N 1345-89 A-6

PLA 590 NO LIVRO 19.565-89

UMA VIA ARQUIVADA PASTA - 23

NESTOR LANTORIO

MUNICIPALIDADE 31 DE agosto DE 1989

DO Carolina F. Moura. Sr. Colonizac

91 JOANIR VALLE MAURICIO - Oficial